

**APRESENTAÇÃO DO ESTUDO OIT
TRABALHO DIGNO EM PORTUGAL 2008-18
PALÁCIO FOZ, LISBOA, 16 DE OUTUBRO DE 2018**

Exmo. Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Exmo. Senhor Diretor Geral da OIT, prezado Companheiro Guy Ryder
Ilustres membros do Governo, Parceiros Sociais e colegas da Mesa Redonda
Senhor Presidente do CES
Senhores Embaixadores acreditados em Portugal
Ilustres convidados
Minhas senhoras e meus Senhores

Quero começar por dar as boas vindas a Portugal, em nome da UGT, ao Diretor Geral da OIT, Guy Ryder, depois de ontem ter estado na nossa Conferência Internacional sobre os 40 anos da fundação da nossa Central sindical a apresentar uma palestra sobre “O Centenário da OIT e o Futuro do Trabalho”, bem como ao senhor Ministro e a todas e todos os convidados.

A UGT orgulha-se do seu contributo para o aprofundamento do diálogo social tripartido no nosso país, sem o qual algumas reformas importantes no mercado do trabalho não teriam sido possíveis ter ocorrido em clima de paz social e estabilidade política. Basta lembrar-nos dos acordos de concertação social de 2012, onde foi alcançado um acordo de grande dimensão social e política, que permitiu que o memorando proposto e desejado pela “troika” fosse amenizado em muitas das suas medidas que, a serem totalmente implementadas, lançariam um caos social de consequências inimagináveis. Para além dos acordos de concertação social de 2014 e 2015 que permitiram a subida do salário mínimo nacional ou o recente acordo tripartido de combate à precariedade e à promoção do emprego e de trabalho decente e à dinamização da negociação colectiva.

Sendo a concertação social um baluarte do diálogo social em que a OIT é a vanguarda em todo o mundo, tem cabido à UGT ser a responsável, no nosso país, do tripartismo que a OIT representa e defende, pois sem a nossa cultura de compromisso, dificilmente haveria acordos de concertação social em Portugal, por parte dos representantes dos trabalhadores.

Este estudo hoje apresentado pela OIT é visto com agrado pela UGT, sem especial surpresa, uma vez que, nas suas grandes linhas (que constam do Sumário Executivo), vem, apenas e só, confirmar aquilo que há muito a UGT vinha afirmando acerca da austeridade e sobre a necessidade de uma mudança de políticas:

- Uma concordância que começa com 3 grandes linhas de força que subscrevemos inteiramente:
- que uma intervenção tão radical durante a crise não era necessária nem desejável, porque Portugal se encontrava já, antes da crise, num processo de reformas que garantia uma base sólida para a recuperação no pós-crise;
- que, como sempre dissemos, a experiência portuguesa demonstra que a competitividade e o desempenho económico não se alcançam por via de um ajustamento violento do

- mercado de trabalho, com redução de custos do trabalho e dos direitos dos trabalhadores e diminuição da protecção social e desregulação do mercado de trabalho;
- que é clara a ineficácia das imposições de um ajustamento desnecessário, com metas muito rígidas e com imposição de sacrifícios num período muito curto – e que só não foi pior porque a UGT e a maioria dos parceiros sociais conseguiram, de alguma forma, modular e adaptar medidas à realidade nacional. Este estudo torna evidente a importância do acordo tripartido de 2012, ou quando finalmente conseguimos negar os ditames da Troika em matérias como o Salário Mínimo, as Portarias de Extensão e a Negociação Colectiva.

Sempre dissemos que a consolidação das finanças públicas era fundamental, mas sempre rejeitámos alguns dos caminhos que foram seguidos e a velocidade a que se corria por esses caminhos (*e este estudo é precisamente para tal que aponta*).

Sempre defendemos a mudança de políticas que tem vindo a ser operada pelo actual Governo, ainda que nem sempre estejamos de acordo com todas elas, e acreditando que podíamos e devíamos já ter ido mais longe em algumas áreas sensíveis ao movimento sindical, tais como salários, fiscalidade, valorização dos serviços e trabalhadores da Administração Pública.

A UGT TEM AGIDO, ALIÁS, EM CONFORMIDADE COM O QUE SÃO OS CAMINHOS FUNDAMENTAIS APONTADOS PELO PRESENTE ESTUDO DA OIT:

1 - Quanto à relevância da política de salários e rendimentos, como parte fundamental (*por via também do consumo interno e do investimento*) de um crescimento económico mais forte e rico em emprego:

Batemo-nos não apenas pelo aumento do Salário Mínimo Nacional (*que se destaca e bem como um elemento de combate à pobreza e às desigualdades, que se mantêm em níveis insustentáveis, quando comparados com os nossos parceiros europeus*), mas também pelo aumento das pensões e pela dinamização da negociação colectiva.

Os consensos tripartidos em áreas como as portarias de extensão são aliás saudados pela OIT.

Defendemos, como o faz a OIT, que é essencial uma dinâmica da negociação colectiva que garanta uma actualização de salários em linha com a produtividade, mas não com a visão imediatista que muitas vezes continua a imperar.

A produtividade é um desafio, temos isso presente. Mas, por um lado, a produtividade não pode ser vista apenas ano a ano, mas numa lógica de médio e longo prazo.

Os salários não podem ser vistos como a variável da produtividade e, como o estudo alerta, há questões mais profundas que são determinantes para a sua evolução.

A OIT refere as qualificações, o investimento e, permitam-me acrescentar, é necessária uma aposta em diferentes modelos de gestão e organização empresarial. Dados recentes

apresentados na Comissão Europeia (pelo Pordata) apenas confirmam que tão baixas como as qualificações dos trabalhadores são as dos empregadores.

Mais de metade dos empregadores (54,6%) não frequentou o ensino secundário ou superior (UE 16,6%). Quase metade (43,3%) dos trabalhadores por conta de outrem também não tem escolaridade para além do 9.º ano (UE 16,7%).

2- Quanto à preocupação com a precariedade e a qualidade do emprego, como factores que comprometem um crescimento económico e um progresso social sustentados:

Estivemos de acordo e defendemos, por exemplo, a necessidade de revisão das políticas activas de emprego, para centrar apoios em alguns públicos e na criação de emprego permanente, linha que aliás deve continuar a ser aprofundada;

Defendemos o reforço da protecção social nas formas atípicas de emprego, incluindo no trabalho independente.

3 - Quanto ao funcionamento das instituições que garantem a dignidade do trabalho, como são todas as da Administração do Trabalho e, em particular, a ACT – muito comprometidas, tal como a generalidade dos serviços públicos – durante a crise:

- onde se torna porventura mais clara a preocupação e a posição da UGT no que toca à generalidade das matérias abordadas é no recente acordo tripartido celebrado em sede de concertação social.

A redução do trabalho precário legal, o combate ao abuso do trabalho precário, a dinamização da negociação colectiva, o reforço da acção inspectiva e dos serviços da Administração do Trabalho, a melhoria das políticas activas de emprego e de formação estão espelhadas e bem vincadas num compromisso que, também ele, marca uma clara inversão da trajectória da discussão na concertação social, alinhando-se com a visão, os objectivos, os alertas e os desafios que a OIT agora nos deixa – aliás, nos deixa de novo - mas agora em condições em que todos (actores sociais e políticos) têm uma especial responsabilidade de os ouvir e efectivar.

Ainda temos muito a fazer em áreas centrais – formação profissional, protecção social e até nas áreas em que já operámos mudanças. E, diga-se, até num maior dinamismo do próprio diálogo social – atingido pela crise e pela austeridade um pouco por toda a Europa - como factor determinante para o aprofundamento da construção europeia e do objectivo de convergência económica e social que esteve na génese da UE (tal como a OIT sustenta no Relatório conjunto com a Comissão Europeia sobre as Relações Industriais na Europa – Maio de 2018).

A UGT, como sempre, e fiel à matriz do diálogo social tripartido que a OIT preconiza, diálogo que se revelou essencial - antes, durante e após a crise - continuará a estar empenhada na construção de compromissos que mantenham e reforcem a trajectória da mudança de políticas que hoje permite à OIT destacar o caso português com um sucesso na diferença.



Este estudo é, e será, um precioso instrumento para os trabalhos em Portugal. Esperamos que possa extrapolar o âmbito nacional e constituir-se também como uma base de trabalho para a construção da política social europeia e para os debates, nomeadamente no quadro do centenário da OIT, em torno daquilo que deverá ser o futuro do trabalho. Um trabalho que, estou em crer, todos queremos seja digno numa sociedade verdadeiramente inclusiva.

Muito Obrigado

Carlos Silva
Secretário Geral da UGT PORTUGAL